

POR QUE PROTESTAM OS ESTUDANTES NAS RUAS ?

Sabemos ser esta uma das muitas perguntas formuladas pelas autoridades civis ou militares. Parece não quererem reconhecer que o processo de elitização das Universidades foi um dos principais itens que levou o estudante brasileiro às ruas, protestando contra a política educacional do Governo, para derrubar o Acôrdo MEC-USAID, que, através do Relatório Atcon (de Rudolf Atcon), do Relatório de Cel. Meira Matos, decretos Aragão e Suplicy de Lacerda, têm procura do isolar o estudante brasileiro da problemática Sócio-econômica Nacional. No atual momento Histórico a classe estudantil é a única capaz de esclarecer perante a opinião pública o que pretendem as autoridades ora dirigentes. Sabemos que elas não defendem uma necessidade Nacional, mas sim o interêsse de grupos capitalistas, que procuram a todo custo transformar nossas Universidades em Fundações. Procuram êles, transferir para uma potência estrangeira a responsabilidade de planejar o futuro do Brasil. O Gen. Meira Matos, no seu relatório, advoga a transformação das Universidades brasileiras em Fundações, apresentando-as como única solução a médio ou longo prazo para a falência em que se encontram nossas Universidades. Protestamos nas ruas também, porque as verbas destinadas às Universidades têm sofrido cortes contínuos, aprofundando-as cada vez mais na falência e no caos, para que o sistema de Fundações seja apresentado, como nos referimos, como fórmula única de resolver o problema de ensino superior.

O Sr. Ministro da Educação, defendendo como sempre seus interêsses políticos, teve a ousadia de afirmar que o ensino superior gratuito, era um dos fatores contribuintes para os deficits orçamentários, esquecendo talvez, que no ano de 68, apenas 2,8% do orçamento Nacional destinou-se a êste fim. Apesar disto tudo, afirmou ter sido 1968 o "ano da educação". Não torna-se necessário esclarecer a demagogia feita por parte daquêlo ministro quando daquela declaração.

As Universidades tiveram seus orçamentos cortados em quase 50% do seu total, não havendo sido esta medida a única desejosa de provocar a falência. Apesar dos cortes orçamentários

no nível superior. Recordamos, que há cinco anos, 3,5% dos recursos orçamentários eram destinados à educação. Agora, apesar de triplicada a procura, por parte dos alunos, às Universidades, o Govern^o não diminuiu cada vez mais, o total destinado à EDUCAÇÃO. Ao que parece, existem outras causas para tal política. Estas causas parecem cada vez mais claras, à medida que acompanhamos a sujeição do Brasil aos interesses Norte Americanos. As Fundações tornariam ainda mais difícil o acesso à educação superior aos estudantes mais pobres.

Teríamos que analisar, a sobrevivência das Fundações, pois elas estariam dependentes das doações que lhes fossem feitas pelos que têm disponibilidade de capitais. Seriam portanto os grupos empresariais, os investidores de capitais no sistema de Fundações. Com esta medida, as escolas de nível superior estariam sempre dependentes do desejo de cada grupo em investir um pouco mais ou um pouco menos na educação do povo brasileiro. Estaríamos cada vez mais, dependentes do regime capitalista, em especial, Norte Americano, já que aos grupos Nacionais falta capital disponível para um investimento de tal vulto.

Apesar de tudo, acham os dirigentes da Nação que deveríamos calar ante tais crimes cometidos contra a Soberania Nacional, e, por não calarmos, nos rotulam de agitadores, comunistas e outras palavras mais rebuscadas, lançadas com a finalidade de confundir a opinião pública. O Govern^o teme o veredicto popular; esta é uma das razões pela qual não adota o sistema de eleições diretas. Comprovamos tais intenções analisando detalhadamente cada ato.

POLÍTICA EDUCACIONAL - ESTUDANTIL DO GOVÊNRO

1) O CORTE SISTEMÁTICO DAS VERBAS DESTINADOS A EDUCAÇÃO EM CERAL E AS UNIVERSIDADES:

Segundo o informe do Conselho de Reitores das Universidades, publicada pela imprensa, a participação do MEC no orçamento da União vem decrescendo desde 1965, na seguinte proporção:

Orçamento de 1965	11,0%
Orçamento de 1966	9,7%
Orçamento de 1967	8,7%
Orçamento de 1968	7,7%

As Universidades federais também sofreram certos que reduzem seu orçamento de 3,9% em 1965, para 2,8% em 1968. (Sobre o Orçamento Nacional).

NOTA: Os dados acima foram apresentados pelo "Conselho de Reitores" num trabalho sobre (Conjuntura atual das Universidades Brasileiras).

Isto ocorreu ao mesmo tempo em que o Govôrno mandava, de mágicamente, aumentar o número de matrículas, criar novos cursos e Unidades, e denominava 1968 "Ano da Educação".

Nem mesmo para o cumprimento da chamada Reforma Universitária", ordenada pelos decretos lei 53 e 252 foram dados as verbas necessárias.

O fundo Patrimonial utilizado para pesquisas, também foi cortado.- Foi extinto através do decreto lei nº 96 de 30.12.66.

A CAPES teve mutilada em quatro milhões de cruzeiros novos e seu orçamento para 1968, certo que recai sobre a verba para custeio de bôlsas de estudo, que serão, assim, drasticamente reduzidas.

Os pretextos para tais cortes são os mais variados: "Plano de Contenção", "Plano de Economia", "Transferência para outros / exercícios", "Fundo de Reserva", etc...

Mas nenhuma dessas denominações pomposas podem ocultar as consequências nefastas de tal política: Falta de vagas, suspensão / das pesquisas, queda de nível de ensino (os professores contratados por baixos salários não podem se dedicar exclusivamente aos / seus alunos: dão aulas em excesso, trabalham em outras atividades, / ou vão para outros países à procura de melhores oportunidades).

2) PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DE ANUIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS:

O Governo continua procurando instituir ou consolidar a cobrança nas escolas públicas. Na constituição de 1967 foi excluído o art. 169 da constituição de 1946 que dizia: "Anualmente a União aplicará, nada menos de 10% e os Estados nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Atualmente, a taxa cobrada é de NCR\$ 25,00. Mas o Marechal Castelo Branco, quando Presidente afirmou em Santa Maria: "O estudante Universitário deverá arcar com o custeio de pelo menos / dois estudantes secundários".

Por sua vez, Rudolf Atcon, técnico Norte Americano ora a serviço do Governo brasileiro disse: "Deve-se colocar o ensino Universitário brasileiro em bases rentáveis cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos".

Portanto, se as anuidades não atingiram maiores níveis, deve-se, unicamente, às lutas travadas contra elas pelos estudantes. Tudo indica porém, que o Governo pretende seguir numa política de escalada até atingir as quotas previstas.

3) FALTA DE VAGAS E O EDITAL QUE REGULA OS VESTIBULARES:

Prevendo o crescimento constante do número de jovens que procuram anualmente ingressar nas universidades, e o pequeno número de vagas existentes, o Governo, através da diretoria do ensino superior, anexo ao MEC, lançou um edital contendo uma série de normas regulamentar os exames vestibulares a partir de 1968, ou melhor, para extinguir a figura do excedente.

O Edital previu: a) A coincidência das datas e horários / das provas para as diferentes áreas (técnico - científica, médica, ciências jurídicas e sociais, filosofia e artes etc), para evitar / inscrições dos candidatos em mais de uma escola; b) Reprovação de /

Tais medidas deverão contribuir ainda mais, para dificultar a entrada da Juventude na Universidade. A coincidência de datas diminui as chances dos estudantes, pois estes só poderão prestar exames numa Faculdade Federal. A reprovação pura e simples por falta de vagas é uma violação flagrante do direito daqueles, que, com esforço pessoal, garantiram, a duras penas, a média necessária.

A assinatura do documento é uma espécie de compromisso de estudantes com o Governo, de renunciar tranquilamente por mais um ano ao seu direito de estudar.

4) DECRETO ANTI-GREVE:

O Governo baixou a 09 de Junho de 1967 (publicado no diário Oficial de 18.06.67) um decreto determinado a prorrogação automática do ano letivo nos estabelecimentos de ensino superior em caso de suspensão ou paralisação das aulas: automática perda de ano / pelos alunos faltosos, no caso de não ser possível a compensação / no período de férias escolares.

O decreto fixa em 180 dias de trabalho efetivo no ano letivo, não computando o tempo reservado a provas e exames. Mais recentemente o Governo baixou nova portaria contrariando a anterior, quando proíbe a prorrogação de aulas durante o período de férias / escolares, ficando portanto reprovado o aluno que não obtiver o mínimo exigido de 180 dias de aulas. Procura dessa maneira impedir as greves de protesto nas escolas superiores.

5) MILITARIZAÇÃO DO ENSINO :

Diante da ativa participação da mocidade estudantil na vida política da Nação, sua resistência crescente ao Governo, Costa e Silva, resolveu considerar o problema estudantil, por delegação / do ministro da Educação.

A frente dela foi colocado o Cel. Meira Matos, o mesmo, / que após o golpe de 1964, foi interventor em Goiás, comandante das tropas de intervenção em São Domingos, e o fechador do Congresso / Nacional. Completam-na os nomes de Cel. aviador Valdir de Vasconcelos, secretário do Conselho de Segurança Nacional, Hélio Gomes, Diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e responsável pela / expulsão de alunos daquela escola; Afonso Carlos Agapito da Veiga / Promotor público; e o de um funcionário do MEC, o Prof. Jorge Boaventura de Souza e Lima.

Esta composição da comissão está bem de acôrdo das suas finalidades. Está destinada a uma operação especial, de caráter repressivo junto ao movimento Universitário. É um passo importante na militarização da nossa juventude. Sua finalidade não será a de reformular o problema do ensino e sim, "supervisionar e coordenar as relações do Governo". Foje, totalmente, ao plano pedagógico para entrar no político. É uma comissão punitiva que faz parte da política anti-democrática e anti-nacional continuada pelo atual Governo.

6) REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO:

Uma verdadeira reforma não pode ser imposta por decretos lei, ou se apresentar bitolada por normas governamentais. Tampouco será eficaz se tiver por objetivo a mera racionalização da forma / ou do conteúdo (o que não é absolutamente o caso em questão) sem se preocupar com a garantia do conteúdo democrático da Universidade.

Cabe a uma verdadeira reforma Universitária:

- Abrir as portas do ensino superior ao crescente número de jovens que a procuram, sem discriminação de qualquer ordem.
- Desenvolver um sistema de pesquisas e transmissão de um saber científico, visando a emancipação política, social e econômica de nosso povo.
- Tornar a Universidade moderna em sua estrutura, em seus métodos pedagógicos e administrativos, sobretudo democrática no conteúdo de ensino ministrado.
- Transformar as centenas de instituições espalhadas pelo território Nacional, em complexos de centros universitários, dotando um número sempre maior de jovens, de uma formação geral e profissional rigorosamente científicas e estreitamente ligadas à realidade de nosso país, capacitando-os a assumir em todos os ramos / da atividade nacional o papel que lhes cabe no desenvolvimento rigoroso, democrático e independente da sociedade brasileira.
- Garantir a participação dos estudantes no Governo das /

dida em que, as autoridades governamentais consultem o povo e promovam as reformas que se fazem necessárias.

Para se falar em RU, é necessário que os esquemas ou programas adotados para renovação, sejam feitos por aqueles que desenvolvem experiências e pesquisas educacionais no país, rejeitando os programas de renovação dos vários níveis de ensino, que resultam da tentativa de impor esquemas e modelos estrangeiros.

Em seguida, seria necessário que o Governo apli asse bem maiores verbas na educação, e tornasse obrigatório e gratuito nas escolas, o ensino primário e secundário, além de promover maior capacidade de recepção dos concluintes secundaristas no seio das Universidades.

7) PROIBIÇÃO DE PASSEATAS:

Pretendendo impedir as justas manifestações pacíficas de protesto dos estudantes, que têm realizado passeatas-monstre em todo o Brasil, o Presidente da República, temeroso de clamor público contra o seu Governo, proibiu através de seu Ministro da Justiça, passeatas em todo o território Nacional. No comunicado oficial enviado a todos os Governadores de Estado, Territórios e Prefeito de Distrito Federal. O Ministro da Justiça diz que as manifestações de rua "tomaram caráter de verdadeira subversão e de desafio às autoridades constituídas", completando depois, "esses movimentos estão gerando intranquilidade perturbando a ordem pública, prejudicando a vida normal da cidade, inclusive as atividades comerciais e econômicas dos Estados e cidadãos".

Subversão Sr. Presidente, é a fome, a falta de escolas, é o acordo MEC-USAID, é um Governo de minorias imposto ao povo. O que gera intranquilidade Sr. Presidente, são os espancamentos, as prisões e os assassinatos a estudantes e populares; é a esterilização de nossas mulheres, é a desnacionalização progressiva de nossas poucas indústrias, e a venda de 1/3 do território Nacional. O que prejudica as atividades econômicas e comerciais dos cidadãos e do Es-

proibiu a livre manifestação do pensamento. A passcata dos com mil/ na Guanabara e as passcatas realizadas nas demais Estados mocheram com os nervos dos dirigentes do país, pois demonstraram que o repú- dia dos estudantes, e do povo à sua política anti-nacional, subscri- viente aos trustes. Entretanto, Sr. Presidente nós não nos intimi- daremos, e voltaremos às ruas, e o Govôrno culpado já por tantos / crimes (inclusive o de assassinato), contra o povo brasileiro, se- rá o único responsável pelo que houver.

8) REGULAMENTAÇÃO DO VESTIBULAR PARA 1969

Visando criar dificuldades aos vestibulandos e não, sele- cionar intelectualmente os candidatos, as Universidades baixaram / normas para os próximos vestibulares, incluindo diversas discipli- nas nos exames pretendendo, com artifícios e sofismas esconder uma realidade e fazer desaparecer a figura do excedente, retrato do sub-desenvolvimento e caracterização da incompetência e da insensi- bilidade dos nossos governantes. Em vez de aumentar as verbas des- tinadas à educação, as autoridades governamentais colocaram mais o- bstáculos à entrada dos jovens na Universidade, elitizando-a ainda mais, e condenando, já agora a pequena burguesia, à marginalização intelectual. Aos filhos dos operários e dos camponeses que jamais / tiveram o privilégio de ingressar na Universidade, vão se juntar / aos filhos de muitos profissionais liberais, pequenos comerciantes e médios proprietários rurais, caso vigore esta nova trama. Acha- mos dispensável dizer, Sr. Presidente que combateremos com todos os meios, esta imoralidade e que, só cessaremos, quando ela cair por terra.

9) OS ACÓRDOS MEC-USAID

Tôdas as medidas acima citadas estão subordinadas, em / gráu menor ou maior, às diretrizes políticas e ideológicas enana- das do "Relatório Atcon" sôbre as Universidades Latino Americanas / e que deu origem aos denominados acôrdos MEC-USAID.

No citado Relatório Atcon sobre as Universidades Latino Americanas recomenda-se fundamentalmente aos governos: - Introduzir nas Universidades do Continente algumas modificações que a façam sobreviver e reguardar os interesses das classes dominantes / no quadro geral de uma situação onde, o traço marcante, são as con tradições cada vez maiores entre a fome crescente de técnicas e / cientistas necessárias ao continente em desenvolvimento, os anseios de cultura, independência Nacional e emancipação econômica de milhares de jovens empregados com o avanço da ciência e da técnica em todo o mundo e a forma e o conteúdo da Universidade que, / embora surgida num passado não muito distante já nasceu inspirada nas velhas Universidades medievais e em defesa das estruturas arcaicas e decadentes que impedem o pleno florescimento de todo o / continente.

O Governo, sabedor dos protestos que adviram, caso desse publicidade aos referidos acordos, os vem escondendo dos estudantes e da opinião pública. Entretanto, alguns pontos tem escapado da vigilância do MEC e são suficientes para caracteriza-los como aten tatórios à soberania Nacional, e os assinaram, como culpados de / crime de lesa pátria. Cabe perguntar ao Governo e as autoridades / do MEC, caso não concordem com nossos pensamentos e acusações: Por que não publicam o Relatório Atcon para que o povo tenha conhecimento ?

Por que não o distribui nas Universidades ? - Sabemos nós e sabe o povo que esse desafio não será aceito. Não será, porque a classe dirigente seria desmascarada definitivamente; não será, enfim, porque os nossos governantes tem medo do povo.

Apesar de tudo Sr. Presidente, conseguimos obter alguns trechos tão citados Relatório Atcon, e, os transcrevemos para que se tenha uma pequena noção da malignidade que êle representa.

- " A não realização de reformas, a manutenção dos hábitos tradicionais, acumula pressões e a busca de uma mudança violenta. E nós não desejamos isto. Logo é preciso iniciar as mudanças / que se fazem necessárias sem perda de tempo, pois êste se esca / rapidamente e amanhã poderá ser tarde" (R. Atcon - Relatório sobre as Universidades da América Latina - Cap. intitulado : A Reforma).

No capítulo " O Manifesto" aparece clara como água a /

a) Transformação da Universidade estatal em Fundação Privada, como meio único para a Universidade Latino Americana "consolidar sua autonomia e adquirir maior independência real".

b) Realização de uma reforma estrutural de modo a "diversificar as facilidades educativas e centralizar as responsabilidades educativas". Mas o real objetivo dessa medida é limitar a formação do Universitário a uma atividade estreita, livresca e desligada de toda vida social, como está explícito no relatório: "É preciso reorientar estruturalmente a Universidade de modo que os estudantes só tenham uma alternativa: "Trabalhar duro ou fracassar/completamente". "Só quando os estudantes estudarem em tempo integral, não terão tempo para a politicagem e o assunto extra-universitário";

c) "A realização de uma reforma acadêmica de modo a que se promova uma nova filosofia educativa. Novos sistemas de relação professor aluno".

d) "Elaboração de leis que impeçam a participação dos estudantes na vida ativa nacional e nos governos das escolas. "É necessário a criação de leis que impeçam a participação dos estudantes nos órgãos dirigentes da Universidade onde pelo poder, de que dispõem atuam como espiões em uma reunião de estado maior. É preciso criar leis que determinem a prática maior de esporte e atletismo, através de departamentos de educação física" para ocupar o tempo vago do aluno" etc.

e) Redefinição do conceito de liberdade e pesquisa: Atcon afirma que o indivíduo tem o direito de pesquisar o que considerar correto, desde que tenha dinheiro próprio para fazê-lo. Caso contrário "deve pesquisar de acordo com a orientação recebida/do grupo que lhe fornece a verba". Como muitas das pesquisas são financiadas por fundações Norte Americanas, é fácil de se captar/a intenção da medida apresentada.

CONCLUSÕES: Diante do que foi analisado, concluímos que o Governo através de uma série de portarias decretos

Sabemos que a cúpula governamental necessita sempre estar fazendo propaganda ou jogos políticos. Assim sendo, a posição do estudante não poderia ser outra. Os constantes atentados à soberania Nacional é contra o povo brasileiro, não poderiam e não ficarão/sem resposta.

A problemática Nacional exige de nós muito sacrifício e muita luta.

Nós aceitamos os desafios, por estarmos conscientes de nossa missão histórica. As grandes vitórias alcançadas e o apoio popular, mostra-nos qual o caminho a ser seguido. Os governantes sabem que uma RU que satisfaça aos estudantes e ao povo, não poderá vir isoladamente, terá que se fazer acompanhar de uma mudança total de estrutura.

Em nossa maneira de ver, Sr. Presidente, à burguesia Nacional cabe um papel importante nessas mudanças de estruturas pois, continuando apática e acomodada, acabará sendo tragada pelos tentáculos do imperialismo Norte Americano.

A opção para o industrial brasileiro, é portanto, bastante clara: ou coloca-se ao lado do estudante e do povo, na luta pelos seus direitos, ou caminhará com aqueles que os esnaga e explora, pra uma derrota inevitável...

-
- Diretório Central dos Estudantes
 - Diretório Acadêmico Januário Cicco - Faculdade de Medicina
 - Diretório Acadêmico Odílio da Costa Neto - Faculdade de Jornalismo
 - Diretório Acadêmico Ferro Cardoso - Escola de Engenharia
 - Diretório Acadêmico Josué de Castro - Faculdade de Sociologia
 - Diretório Acadêmico Visconde de Mauá - Faculdade de C. Econômicas
 - Diretório Acadêmico Solon Galvão - Faculdade de Odontologia
 - Diretório Acadêmico João XXIII - Faculdade de Filosofia
 - Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia
 - Diretório Acadêmico Helder Câmara - Escola de Serviço Social